



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 167 - Junho 2011

O FOCO DESTE BOLETIM: MINERAÇÃO E COMUNIDADES

A mineração é uma atividade destrutiva que sobressai por seus impactos tanto nas florestas quanto nas comunidades que delas dependem. É causa direta do desmatamento, e de alguns de seus impactos falamos neste boletim.

Mas, o que há por trás da mineração? Respondendo a esta pergunta chegamos aos aspectos que catapultam esta atividade e que assim podem chegar a ser causas subjacentes do desmatamento: em primeiro lugar, um paradigma do mal chamado desenvolvimento, cego diante dos limites da natureza, que provoca uma crescente e indiscriminada demanda de bens de consumo, que beneficia empresas cada vez maiores, e um avanço da mineração para produzi-los.

Mesmo que a mineração tenha uma grande parcela de responsabilidade no aquecimento global e, portanto, na mudança climática; os projetos REDD, instrumentados no contexto da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática servem aos projetos de mineração para lavar sua imagem a fim de continuar com suas atividades que geram emissões de efeito estufa; e assim acabam sendo- inacreditavelmente- uma causa indireta de desmatamento.

Mas este avanço da mineração em grande escala tem como contrapartida a resistência fértil de numerosas comunidades que assinalam a trilha. Este boletim é delas.

NOSSA OPINIÃO

- **A 'sustentabilidade' da mineração se chama destruição**

MINERAÇÃO: IMPACTOS E RESISTÊNCIA

- **União Europeia: extrai o metal e sai correndo**
- **Mineração e resistência**
- **A mineração de ferro chega aos manguezais guatemaltecos**
- **Mineração e mulheres indígenas nas Filipinas**
- **Novo relatório UNEP aponta para reduzir consumo de minério**
- **Mineração para REDD na Indonésia**
- **Colômbia: rebelião contra a mineração de ouro**
- **Filipinas: Tentativa de minar a resistência local à mineração**
- **Mineração na África**
- **Índia: salvando Niyamgiri da mineração**

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- Para definir a floresta por seu verdadeiro significado

COMÉRCIO DE CARBONO

- FSC perde cada vez mais credibilidade
- Cúpula do clima da ONU: mais comércio de carbono, nada de reduzir as emissões

NOSSA OPINIÃO

- A 'sustentabilidade' da mineração se chama destruição

Uma das atividades de exploração de recursos naturais que mais gera impactos negativos e que, ao mesmo tempo, gera mais lucros é a mineração. Talvez seja por isso que as maiores empresas globais do setor competem entre si, não só pelas reservas minerais, mas pelo grau de perfeição com que trabalham o imaginário popular para que sejam consideradas exemplos de 'sustentabilidade'.

Muitas empresas de mineração atuam em áreas de florestas tropicais. Na propaganda das empresas 'sustentáveis', pode-se encontrar um elemento que impressiona o público. Nas áreas onde exploram minério no subsolo e, portanto, precisam destruir a floresta, há empresas que replantam toda a área, não com eucaliptos, mas com árvores nativas de diversas espécies, buscando convencer a população de que estão recuperando a natureza na sua totalidade, ou seja, que não há impacto negativo da sua atividade 'sustentável'. É isso mesmo?

Primeiramente, seria muito interessante saber das comunidades vizinhas se elas concordam que, ao plantar árvores nativas, é possível reproduzir a floresta que estava presente no lugar onde houve a exploração de minério. Certamente, é impossível recuperar a riqueza da biodiversidade, dos recursos hídricos, dos múltiplos valores, inclusive espirituais, daquela floresta, fruto de um processo que levou milhares de anos. Tampouco é possível curar o trauma que as comunidades vizinhas viveram com a destruição, a poluição, os empregos perigosos e mal remunerados e a violação de direitos que caracteriza a grande maioria desses empreendimentos que se instalam em uma região de ecossistemas conservados. Nesse sentido, estão sendo construídas e fortalecidas redes de resistência locais, nacionais e internacionais para se opor a esses empreendimentos.

Em segundo lugar, os impactos negativos da mineração sobre o meio ambiente e comunidades locais não se restringem ao processo de extração, continuam e se aprofundam através das estradas, hidrovias e ferrovias necessárias para o transporte dos minérios; através das grandes usinas onde são processados os diversos minérios como as siderurgias e usinas nucleares; e, finalmente, nos produtos finais que, por sua vez, são fontes de poluição, inclusive contribuindo com o aquecimento global, como carros, caminhões, aviões, sem falar do lixo gerado ao longo e ao final do processo.

Em terceiro lugar, o setor é caracterizado por uma desigualdade social enorme em termos de distribuição de riquezas e benefícios. Os países e regiões da África, América Latina e Ásia, que são os principais produtores de minério, são em sua maioria regiões e países com as populações que mais sofrem de todo tipo de violação, em especial as mulheres. Enquanto isso, o setor é dominado por empresas transnacionais dos países do Norte e os produtos finais são também voltados para esses locais, como Estados Unidos, Europa e Japão, cuja população consome em média 16 toneladas- alguns países até 40 (!)- de recursos naturais per capita, incluindo o minério, enquanto a população da Índia, por exemplo, consome, em média, 4 toneladas per capita. (1)

Em quarto lugar, é interessante notar que no debate e na construção de alternativas dentro da chamada 'economia verde' de 'baixo carbono', várias alternativas 'verdes' de alta tecnologia dependem da exploração de minérios (ver artigo neste boletim sobre a União Européia), o que afeta profundamente a credibilidade e, obviamente, a sustentabilidade dessas supostas alternativas.

Há praticamente duas verdadeiras alternativas que precisam ser trabalhadas com o máximo de urgência: medidas para reduzir drasticamente a exploração de minérios e para reduzir o consumo, principalmente nos países industrializados; e a busca pelo aumento da eficiência de uso dos minérios. Um novo relatório da UNEP aponta também nessa direção (ver artigo neste boletim).

Por fim, replantar árvores nativas é uma atividade louvável, mas não quando vinculada a um desmatamento intencional e destrutivo. Fica evidente que é absolutamente necessário e urgente realizar mudanças estruturais no modelo atual de produção e consumo insustentável dos países industrializados e que tem sido copiado por países emergentes como China, Brasil e Índia.

(1)

<http://www.unep.org/resourcepanel/Publications/Decoupling/tabid/56048/Default.aspx>

[início](#)

MINERAÇÃO: IMPACTOS E RESISTÊNCIA

- União Europeia: extrai o metal e sai correndo

Diante do aumento dos preços das matérias-primas e da acumulação de alguns minerais por certas economias emergentes, a Europa afia as unhas. Os países do Sul que abrigam grande quantidade de bens são, como sempre, os que acabam perdendo, em especial, suas populações.

Dias atrás, os gigantes da indústria mineira a nível mundial, os temidos "majors", reuniram-se em um luxuoso hotel de Barcelona. Tal evento passou totalmente despercebido, bem como as misteriosas conclusões às quais chegaram a Barrick Gold, a Rio Tinto, a Goldcorp, a BHP Billington, entre outras das 150 gigantes mineiras transnacionais que monopolizam o total do valor da produção mineral em nível mundial.

Contudo, as informações disponíveis sobre o comércio de matérias-primas nos últimos tempos permitem tirar algumas conclusões.

70% das manufaturas industriais ou bens de consumo da União Europeia (EU) dependem de substâncias minerais metálicas e não metálicas que a Europa precisa importar. Para fabricar um telefone móvel, um computador ou uma tela de televisão, são necessárias entre 40 e 60 matérias-primas diferentes como o lítio, o tântalo, o cobalto e o antimônio; que cada vez são mais difíceis de obter. A demanda e os preços estão e continuarão em alta, e estão definidos por países emergentes como a China e a Índia, que consomem entre 40 e 50% das principais matérias-primas metálicas. O consumo de cobre na China aumentou de 12 a 40% em apenas uma década. Além disso, o país asiático é o maior consumidor de metais do mundo e restringe as exportações de suas matérias-primas como alumínio, cobre, níquel ou terras raras (nome comum para duas séries de elementos químicos: os actínídeos e os lantanídeos), antimônio e wolfrâmio, sendo o principal país produtor destes três últimos elementos.

Diferentemente do que acontece nos outros países industrializados como os Estados Unidos e o Japão, que reconheceram antes sua dependência crítica de matérias-primas começando por defini-las e depois acumulá-las, a UE não tinha dado anteriormente uma resposta política integrada para garantir o acesso às matérias-primas que considera imprescindíveis para seu desenvolvimento econômico. Mas agora se reconhece como altamente dependente, vulnerável e ameaçada pelas economias emergentes.

Para proteger seus interesses, a indústria europeia elabora desde 2008 uma Estratégia de Matérias-Primas não Energéticas que deve orientar suas políticas. Pincelada com termos como "mineração sustentável" e "ajuda para o desenvolvimento", trata-se, na prática, de uma agressiva estratégia comercial em termos de concorrência com economias emergentes. A exposição pública desta estratégia foi especialmente discreta e nos bastidores, de costas ao grande público, mas seu calendário vem se cumprindo com todo rigor.

“Dialoguemos, mas o ouro é nosso”

A “diplomacia de matérias-primas” faz parte da Estratégia de Matérias-Primas. Consiste em exigir aos países com bens minerais que eliminem as restrições ao comércio de matérias-primas, instrumentando acordos comerciais e políticas de cooperação para o desenvolvimento que contenham cláusulas que garantam o acesso às matérias-primas. A UE oferece ajuda para construir o know how nos países em desenvolvimento. Isso facilita a extração das matérias-primas, bem como as negociações com as mineradoras.

Graças a esta diplomacia, a Estratégia de Matérias-Primas já está sendo implementada ativamente na Rússia, África e América do Sul. Deste saqueio planejado são cúmplices todos os países industrializados em seu afã de crescimento ilimitado.

Apesar de a crise generalizada continuar se aprofundando, a UE promove políticas de crescimento e consumo desmedidas que fazem aumentar a demanda de

matérias-primas. Sua estratégia para sair da crise visa à inovação da tecnologia e de processos e modelos empresariais e sociais. A Estratégia de Matérias- Primas está enquadrada na Estratégia Europa 2020, mais geral, sob o lema "concorrer no mundo".

Ajuda para o desenvolvimento?

Para implementar sua estratégia global através da cooperação para o desenvolvimento, a UE faz tudo o que for possível para implementar o livre comércio. Sob o argumento da cooperação para o desenvolvimento, visa à formação dos técnicos dos países do Sul emergentes e em desenvolvimento; e tenta influenciar as finanças públicas facilitando as negociações para as empresas mineiras- ajuda a “abrir caminho” para suas próprias atividades e busca benefícios fiscais.

No contexto da ajuda para o desenvolvimento, a Europa também se beneficia da transferência de tecnologia, ocupando atualmente a posição de líder mundial em tecnologia de extração. Isto é, quanto maior o número de projetos extrativos, maiores as possibilidades de vender tecnologia. A ajuda para o desenvolvimento está cada vez mais condicionada pela obrigação que os países que a recebem têm de adquirir a tecnologia nos países que dão a ajuda. E de quebra, transferirá também o custo em termos de dano ambiental e social.

A Europa canaliza grande parte de seu dinheiro de cooperação para o desenvolvimento através do European Investment Bank (Banco Europeu de Investimentos) EIB, sendo que parte dele é destinado a projetos mineiros e a infraestrutura relacionada. A cada ano, milhões de euros públicos da UE fluem a projetos de mineração sob o véu do desenvolvimento.

No entanto, a contribuição do setor mineiro para o desenvolvimento tem sido reiteradamente questionada por políticos, acadêmicos e organizações da sociedade civil. Numerosos casos mostram que as normas e regulamentações atuais são insuficientes para garantir um desenvolvimento positivo. As ameaças e os impactos da atividade mineira nos países do Sul são tais que já se formaram redes de comunidades impactadas pela atividade mineira que optaram pelo caminho da resistência como modo de defender sua vida e sua integridade. Assim, por exemplo, na América Latina existe a Rede mexicana de Afetados pela Mineração, REMA; no Equador a Coordenadora Nacional pela Vida e a Soberania; ou na Colômbia a recém-formada Rede Colombiana Diante da Grande Mineração Transnacional, RECLAME. Numerosos grupos trabalham também na mesma linha em outros países como Argentina, Brasil ou Guatemala. Existe ainda um Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina (OCMAL). E surgiram também redes de afetados de uma única empresa como é o caso da empresa brasileira Vale.

Nem “verde” nem responsável

A alta tecnologia é uma das áreas para a qual a Europa demanda tantas matérias-primas. A tecnologia "verde" recorre a baterias: nanotecnologia, componentes eletrônicos e células fotovoltaicas para gerar energia “verde”. Mas, pode ser verde

uma tecnologia que se abastece de atividades de (prospecção e) extração mineira, crescentemente vinculadas a conflitos territoriais, destruição do meio ambiente e, inclusive, graves violações de direitos humanos que levaram, em numerosas ocasiões, ao assassinato, às ameaças ou à intimidação de pessoas que se opõem à instalação da atividade mineira em suas comunidades?

Não se trata de “exceções”, já que se multiplicam os casos, reportados e documentados exaustivamente em países como Argentina, Peru, Colômbia, Equador, Guatemala, Costa Rica, El Salvador, México. Diferentes governos locais e nacionais, bem como empresas mineiras transnacionais envolveram-se em fatos turvos, que são muito difíceis de controlar e posteriormente pedir responsabilidades. A tendência ao abuso é crescente, pois a exploração mineira é constante e novos projetos mineiros surgem a cada dia. É preciso acrescentar os impactos socioambientais e a resistência diante de megaprojetos de infraestrutura como estradas, portos, aeroportos, hidrelétricas, etc., relacionados com a indústria mineira.

Todos estes conflitos acontecem em meio a um dispositivo publicitário em torno da “responsabilidade corporativa”, da mineração “responsável”, “sustentável” e até “verde”. Tragédias como a de Copiapó no Chile, que manteve 33 mineiros enterrados à força a mais de 700m de profundidade durante mais de 60 dias e o mundo inteiro em aflição, não são decorrentes do acaso ou apenas um caso fortuito. Confirmam que o sistema político e econômico se baseia na irracionalidade imposta pelo poder de fato das empresas, que fazem o que bem entendem e como bem entendem, em nome do lucro que é chamado de “desenvolvimento”.

As políticas referidas às matérias-primas são elaboradas entre políticos e indústria, sem nenhum tipo de participação popular. Ao mesmo tempo que ocorrem estes fatos inaceitáveis, a União Europeia justifica suas políticas em prol da mineração na necessidade de velar pela competitividade, o crescimento e o emprego. No fundo, porém, trata-se do abastecimento da indústria para o crescimento e o lucro das empresas transnacionais, sem dar atenção especial ao modo de fazê-lo.

A mineração em grande escala é uma atividade extrativa que não é nem nunca será sustentável. Isso se deduz da própria definição do termo mineração e da descrição desta atividade industrial. Apesar do argumentado pela UE quanto a seu acesso a matérias-primas, “crescimento ilimitado” e “sustentável” são planos incompatíveis.

Extraído e adaptado do relatório “Saca el metal y corre. Los países emergentes, la Unión Europea y las materias primas no energéticas del Sur global”, junho de 2011, de Guadalupe Rodríguez, Salva la Selva, correio eletrônico:

guadalupe@regenwald.org, <http://www.salvalaselva.org> (ações de protesto semanais em defesa do meio ambiente e os direitos humanos) e

<http://www.facebook.com/salvalaselva>, com base em informações difundidas

através da RECLAME e em pesquisas de Salva la Selva. O relatório, enviado pela autora, pode ser lido na íntegra em

http://wrm.org.uy/deforestacion/mineria/Saca_el_metal_y_corre.pdf

[início](#)

- Mineração e resistência

É óbvio que a atividade de mineração pode representar uma ameaça à integridade das florestas. O fato de limpar a vegetação superficial e os solos para ter acesso aos minerais subterrâneos tem repercussões evidentes e frequentemente de longa duração. O desgaste provocado na superfície pelas próprias jazidas, com a erosão e colmatagem decorrentes, agrava-se pela quantidade de detritos, os poços de vertedura, os trabalhos de mineração associados, os lençóis freáticos alterados e as mudanças químicas locais. Isso inclui a drenagem de minerais ácidos, a disseminação de metais pesados e a conseguinte contaminação de solos e cursos de água. As atividades de mineração consomem enormes quantias de água que são muito frequentemente contaminadas.

Além disso, as minas podem ser consumidoras maciças de madeira para a construção. Nos lugares onde os recursos mineiros são abundantes, o prejuízo pode atingir vastos territórios, ora através da mineração a céu aberto ora através dos impactos combinados de múltiplas pequenas jazidas. Todas as comunidades locais anteriormente dependentes dos recursos naturais renováveis dessas regiões sofrem perdas imediatas em decorrência de tais atividades, e têm seus meios de vida socavados, suas organizações sociais alteradas e suas culturas transformadas. As indenizações em dinheiro vivo, quando pagas, não podem compensar estas perdas, e a obscura herança da mineração perdura inclusive depois de a mina ser abandonada.

Contudo, as repercussões das jazidas se espalham frequentemente muito além do mencionado até agora. A mineração pode ser muito lucrativa e as atividades em grande e média escala podem exigir enormes investimentos e gerar importantes rendas. Por isso, a mineração em áreas florestais remotas, implica com frequência a criação de importantes infraestruturas- estradas, portos, povoados mineiros, desvios de rios, construção de açudes e usinas energéticas-, sendo tudo isso necessário para fazer com que as próprias minas sejam viáveis e produtivas. O tratamento dos minérios dos minerais água abaixo exige instalações industriais adicionais, que impõem exigências adicionais de energia, água e terreno.

As grandes jazidas constituem frequentemente a ponta de lança de planos de desenvolvimento maiores, que estão pensados para transformar regiões inteiras. Por exemplo, o projeto de Grande Carajás, no Brasil, centrado na jazida de ferro da gigante mineradora Vale forma a peça central de um enorme complexo de trens, portos, açudes, plantações e programas de colonização que vem afetando dezenas de milhões de hectares na região leste da Amazônia brasileira.

A Vale, que nasceu e operou como empresa estatal durante 55 anos foi privatizada em 1997 e atualmente é a segunda maior empresa mineira do mundo. Opera em 38 países e representa 15% do total mundial de extração de ferro.

Sejam planejadas sejam imprevistas, as minas e suas infraestruturas associadas provocam grandes mudanças econômicas e sociais bem como transformações ambientais. As estradas, e o chamariz das oportunidades de emprego nos novos distritos de mineração levam colonizadores às regiões florestais, sobrecarregando tanto as comunidades locais quanto a capacidade das instituições governamentais

para regular o acesso aos territórios e às florestas. O poder da indústria da mineração tem repercussões mais duradouras sobre a ecologia política das florestas. As grandes minas são um assunto de poderosas sociedades anônimas e do capital internacional, e a promoção demasiadamente entusiasta da mineração provoca, desse modo, mudanças duradouras no poder, que passa das mãos dos moradores locais e da sociedade civil às sociedades anônimas internacionais e às elites nacionais (2)

Muitas comunidades afetadas não aceitam o direito das empresas mineradoras a entrar em seus territórios e rejeitam a mineração como incompatível com sua cultura, suas economias ou suas tradições.

Foi nesse espírito que no passado mês de maio, e após anos de resistência em várias partes do mundo, os afetados pelas atividades da gigante mineradora Vale realizaram o II Encontro Internacional (3). Mais de 50 delegados de vários países do mundo se reuniram em Belo Horizonte, Brasil, contando com a presença de delegações de Moçambique, Indonésia e Canadá, bem como a representação do Observatório Mineiro de Conflitos na América Latina (OCMAL), para discutir a conjuntura econômica e política da empresa, trocar experiências em relação a seus impactos no mundo e elaborar estratégias de resistência contra os impactos sociais e ambientais da mineradora bem como aprimorar métodos e atividades futuras no curto e médio prazo.

A primeira reunião teve lugar no ano passado e ao longo do ano foram realizadas várias atividades: a participação de acionistas da Vale em várias assembleias que expressaram as críticas das comunidades, a publicação de um relatório sobre impactos e prejuízos da Vale no mundo todo, uma ação penal a dois diretores da empresa siderúrgica CSA no Rio de Janeiro, de propriedade da Vale e da empresa alemã Thyssenkrupp.

Nesta ocasião, foram traçadas algumas linhas de ação. O movimento luta pela institucionalização de territórios livres de mineração, pelo direito a “dizer não” a novos empreendimentos mineradores e pela consulta prévia às populações afetadas. Nos casos em que a mineração já está instalada, exigem o reparo integral dos impactos e indenizações para pessoas e comunidades.

Outro ponto forte foi a denúncia da criminalização à qual são submetidos aqueles que resistem à mineração, e a reclamação de acabar com o fato de a Vale estar financiada com verbas públicas.

Entre seus objetivos, os afetados pretendem ampliar a discussão sobre a função social da mineração levando em conta o debate atual sobre os direitos da natureza e o bom viver.

Artigo elaborado com base na informação obtida de: (1) Quanto Valem os Direitos Humanos? Relatório da Federação Internacional de Direitos Humanos e de Justiça Global a respeito dos impactos sobre os direitos humanos da indústria mineira e siderúrgica de Açailândia, 18/05/2011, <http://www.justicanostrilhos.org/nota/732>; (2) “Socavando los bosques. La necesidad de controlar a las empresas mineras transnacionales: un estudio de caso canadiense”, por Forest Peoples Programme,

Philippine Indigenous Peoples Links e Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/socabando.pdf> ; (3) II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 01/05/2011, <http://www.justicanostrilhos.org/nota/721>

início

- A mineração de ferro chega aos manguezais guatemaltecos

Na Guatemala as autoridades governamentais continuam promovendo a mineração de metais, apesar do descontentamento generalizado em comunidades locais e povos indígenas, que têm realizado uma série de consultas a vizinhos e de boa-fé, nas quais evidenciam sua total rejeição a esta atividade.

Durante anos, a mineração metálica era planejada e explorada nas serras e cadeias montanhosas, mas há mais de dois anos surpreendeu a notícia de quatro licenças que visavam a prospecção e reconhecimento de ferro e outros minerais metálicos no litoral sul do país.

As empresas Tikal Minerals, subsidiária da Mayan Iron Corp e a Firecreek Resources, subsidiária da G4G, têm, ao todo, uma área de mais de 3.000 quilômetros quadrados, ambas com autorizações e licenças concedidas pelo Ministério das Minas e Energia. A primeira planeja a prospecção na região litorânea terrestre e a segunda o reconhecimento de metais no leito marinho. Ambas acarretam uma enorme ameaça para os sistemas naturais da região, mas especialmente para o ecossistema manguezal.

Os manguezais guatemaltecos oferecem muitos benefícios para as comunidades locais, que lá obtêm pescaria para sustento e comércio, bem como coleta de outras espécies usadas para a alimentação: camarões, siri- azul, caranguejos, escargots, entre outras.

A empresa Tikal Minerals apresentou no final de dezembro de 2010 o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto Porvenir Central. O polígono mineiro abrange 98 quilômetros quadrados e cerca completamente uma das duas únicas áreas protegidas de manguezais do país, o Parque Nacional Sipacate- Naranja, que possui além de manguezal, outros ecossistemas associados: esteiros, zonas úmidas com herbáceas, lagoas costeiras, praias arenosas e praias lamacentas.

Esse EIA foi impugnado por várias organizações ecologistas, entre elas a Escola de Pensamento Ecologista (SAVIA), a Coordenadora Guatemalteca pelos Manguezais e a Vida, a Associação de Vizinhos para o Desenvolvimento Integral de Champerico, a Redmanglar Internacional e a Aliança Cidadã para a Costa Sul.

Recentemente o Ministério do Ambiente anunciou a rejeição do EIA sob o argumento de os impactos negativos serem maiores do que os positivos. Mas para nós que sabemos do que são capazes as empresas mineiras para atingir suas metas, ainda não cantamos vitória e estamos atentos a possíveis recursos que possam ser apresentados por suas bancas legais para reverter a resolução que

rejeita seu propósito de prospecção e exploração no futuro nossas características areias negras.

Mas a voracidade dessas empresas não terá um caminho fácil. O sentimento de indignação da população costeira cresce a cada dia e está disposta a tudo para defender suas praias, esteiros e manguezais, unida em uma única voz: Manguezal SIM, Mineração de ferro NÃO!

Por Carlos Salvatierra, Secretário Executivo Redmanglar Internacional,
redmanglar@redmanglar.org

[início](#)

- Mineração e mulheres indígenas nas Filipinas

Existem cerca de 110 grupos etnolinguísticos nas Filipinas que constituem quase 15% da nossa população. A maior parte vive nas cadeias montanhosas e áreas litorâneas.

Contudo, áreas mineralizadas nas Filipinas também se encontram nas montanhas que eles habitam. Nove milhões ou aproximadamente 30% da área é mineralizada e potenciada ao máximo pelo governo e os investidores mineiros.

Enquanto isso, a indústria mineradora só contribui com uma média de apenas 1.2% do Produto Interno Bruto das Filipinas, enquanto uma longa lista de custos externos, que incluem recursos esgotados, danos ao ambiente e a habitats naturais, poluição, impactos na saúde e custos socioeconômicos, que são repassados às comunidades.(2)

Há muito tempo que as comunidades indígenas sabem que a mineração afeta seus meios de vida e deixa suas terras inúteis, suas montanhas sem cobertura e suscetíveis a desastres. É por esse motivo que há no local um combate conjunto contra a mineração.

Indiscutivelmente, a principal preocupação dos povos indígenas (IPs) nas Filipinas é a questão da posse territorial. A mineração causa o deslocamento maciço de povos indígenas de suas terras ancestrais. A agressão do desenvolvimento (3) como a mineração tem ameaçado o modo de viver indígena devido à intrusão em seu domínio ancestral- suas lavouras, lares, florestas e lugares sagrados de culto. A crescente migração de outras comunidades à procura de emprego também afeta negativamente os moradores locais. O desmatamento e a destruição das montanhas em favor da mineração fez com que ficassem suscetíveis a desmoronamentos e outros desastres que afetam as comunidades tanto das terras baixas quanto das terras altas.

Impactos sobre as mulheres

As mulheres e as crianças dos Povos Indígenas são muito afetadas pela mineração. Em 2009, Emi B. Carreon de Innabuyog, uma aliança regional de organizações de mulheres indígenas na Região de Cordillera, informou na Ásia

Study Session on Women and Mining os diferentes impactos da mineração sobre os homens e mulheres indígenas.

Os desastres esporádicos como as falhas nos diques de sedimentação das minas agravaram a poluição dos solos e rios por causa da drenagem de produtos químicos e ácidos tóxicos que teve sérios impactos sobre a saúde das comunidades indígenas, especialmente sobre as mulheres. A poluição do ar, da água e da terra contaminou seus alimentos e água enquanto os trabalhadores das minas e as comunidades localizadas onde se recebe os resíduos tóxicos das minas, enfrentaram sérias ameaças à saúde tais como asma, tuberculose, doenças cutâneas, gastrointestinais e até câncer. As mulheres também podem sofrer problemas de saúde reprodutiva tais como abortos espontâneos ou crianças com malformações.

Como donas de casa, as mulheres também são afetadas pela desintegração e os problemas sociais causados pela mineração, entre os quais a destruição de costumes e valores tradicionais, e até da unidade familiar são atribuídos a métodos de suborno que tentam minar as comunidades mineiras.

No cuidado dos doentes, as mulheres também experimentam dificuldades em conseguir alimentos e água para a família uma vez que as florestas já não são seus lares- agora elas precisam se adaptar a uma economia baseada no dinheiro a que os povos indígenas não estavam acostumados.

Carreon também informou que em muitos casos houve aumento de casos de violência doméstica contra mulheres, de incidentes provocados por viciados em álcool, drogas ou jogos de azar, de incesto, e até troca de esposas e infidelidade.

Além disso, a militarização atinge as comunidades indígenas com especial crueldade sobre as mulheres: foram denunciados assassinatos e assédio sexual, estupros, tortura física e psicológica. (4)

A mineração também é um dos motores da prostituição. Em Zamboanga Sibugay, Zamboanga do Sul, por exemplo, a polícia informou em 2010 sobre alguns casos de trabalho e prostituição infantil em troca de dinheiro. AJ Jacinto da GMANews.tv divulgou que "Muitas pessoas tinham sido levadas à prostituição em troca de dinheiro- P 1,500 (moeda local) por três horas de sexo em choças que servem como guarida aos mineiros que querem se divertir depois de um dia de trabalho duro" (5)

Mulheres à frente da luta contra a mineração

As mulheres dos Povos Indígenas nas Filipinas se uniram a organizações que as ajudam a se defender. Elas têm um papel importante na educação e na divulgação da informação e dos recursos entre outras mulheres e comunidades sobre diferentes assuntos. Estão ativamente engajadas em campanhas e mobilizações comunitárias (cadeias humanas, detenções maciças, comícios, etc.).

As mulheres e crianças do Barangay Anislagan em Placer, Surigao do Norte mostraram isso: o sustento da comunidade é principalmente a agricultura, lavouras,

arroz e coqueiros. As mulheres, cientes de que a mineração iria afetar seus modos de vida, contaminar suas fontes de água e despojar suas florestas remanescentes, lutaram contra a mineradora Anglo-American e a empresa Manila Mining. Elas estão à frente de uma campanha pela soberania alimentar e para deter a mineração nas áreas de bacias.

Lideradas pela organização popular Anislagan Bantay Kalikasan Task Force (ABAKATAF), elas apresentaram uma petição e se comprometem em uma eleição local que leve à Resolução do Barangay para não permitir a mineração no local.

Convocada pelas campanadas da igreja, toda a comunidade, inclusive as mulheres e as crianças, organizaram barricadas humanas. Isso levou a que a Anglo-American anunciasse sua decisão, em novembro de 2008, de sair do local alegando a oposição da comunidade como um dos principais motivos. (6) Atualmente, elas continuam a luta contra a Manila Mining Company, que começou na década de 80.

As comunidades indígenas e as organizações que as apoiam continuam pressionando por seu direito à autodeterminação e aos direitos humanos. Elas fazem questão de fortalecer sua posição para defender o direito às terras ancestrais e o direito a escolher o caminho do desenvolvimento.

Aqui, as comunidades indígenas não deixarão de lutar contra os mineiros que pretendem se apropriar de suas terras. É um enfrentamento difícil, mas sabem que não vão ceder suas terras sem uma acirrada luta.

Por Farah Sevilla, e-mail: farahsevilla@gmail.com, membro de GenderCC nas Filipinas, Oficial de Políticas de Pesquisa Ajuda da Alyansa Tigil Mina (Alliance Against Mining), <http://www.alyansatigilmina.net> (6).

(1) Data from Koalisyon ng Katutubong Samahan ng Pilipinas (KASAPI).

(2) Alyansa Tigil Mina publication: A Legacy of Disaster, fevereiro de 2010.

(3) A agressão do desenvolvimento em comunidades indígenas é definida, pelo Comitê Técnico na Promoção e Ação por um Desenvolvimento Igualitário e que inclua as Minorias Étnicas, como as atividades das indústrias extrativistas, as hidrelétricas, a mineração, o petróleo, o gás, as concessões territoriais, os projetos de plantação, etc. junto com a militarização em alguns países, que provocam o deslocamento das comunidades.

(4) Foram informados casos de estupro e assédio em Abra e Mindanao.

(5) "Illegal mining breeds child labor, prostitution in Diplahanhttp", GMA Network, www.gmanews.tv/story/186685/regions/illegal-mining-breeds-child-labor-prostitution-in-diplahan

(6) Relatório do Legal Rights and Natural Resources Center – Kasama sa Kalikasan (LRC-KsK/Friends of the Earth-Philippines) e vídeo documentário que pode ser acessado em <http://www.youtube.com/watch?v=PnA7hqM-84U>

(6) Alyansa Tigil Mina (Alliance Against Mining) é uma alinça de mais de 80 organizações de comunidades afetadas pela mineração e organizações populares no país inteiro. Durante os últimos cinco anos, esteve ativamente envolvido em questionar a política governamental de promover a indústria mineira em longa escala nas Filipinas.

- Novo relatório UNEP aponta para reduzir consumo de minério

A UNEP (Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente) lançou um novo relatório chamado “Desconectando o uso de recursos naturais e impactos ambientais de crescimento econômico” (1). (*Decoupling natural resource use and environmental impacts from economic growth*). O relatório apresenta um dado assustador em termos de consumo de recursos naturais no mundo. Se os países industrializados do hemisfério Norte continuarem consumindo como atualmente, e se os países chamados de ‘emergentes’, no hemisfério Sul, continuarem com a tendência de aumento acelerado do consumo, a previsão é de que, em 2050, o mundo consumirá em torno de 140 bilhões de toneladas de minérios, produtos minerais, combustíveis fósseis e biomassa, equivalente a uma quantidade três vezes maior do que o nível atual.

Em termos de minérios, inclusive minerais para construção e indústrias, trata-se de um aumento de consumo de cerca de 25 bilhões de toneladas atualmente para um nível de 75 bilhões de toneladas em 2050. Para piorar, alguns minérios já estão começando a ficar mais escassos, como cobre e ouro, e a requererem volumes sempre maiores de combustíveis fósseis e água limpa para serem processados, aumentando ainda mais a insustentabilidade desse tipo de exploração.

Para que isso não aconteça, o relatório da UNEP afirma que é necessário desconectar a taxa de consumo de recursos naturais da taxa de crescimento econômico, o que tem acontecido, mas de forma muito insuficiente para que possamos falar de uma ‘economia verde’ e de baixo carbono. Significa “fazer mais com menos”, ou seja, congelar o consumo de recursos naturais nos países do Norte e garantir que o consumo nos países ‘emergentes’ siga outro caminho, mais sustentável. Atualmente, os países industrializados do Norte consomem cerca de 4 a 5 vezes mais recursos naturais per capita do que os países pobres.

O cenário menos impactante proposto pelo relatório, mas politicamente o mais difícil para se concretizar, propõe uma redução de dois terços do nível de consumo dos países industrializados do Norte, e um patamar de consumo nos demais países equivalente ao consumo atual. Isso resultaria em um consumo mundial, em 2050, de 50 bilhões de toneladas de recursos naturais, o nível de consumo do ano 2000. Mesmo assim, os autores apontam que esse cenário ainda é insuficiente, por exemplo, em termos de combate às mudanças climáticas. Afirmam que *‘Estes cenários desafiam nosso pensamento atual e os pressupostos do desenvolvimento’*.

Segundo o relatório, se os investimentos nos países “são feitos hoje de tal forma que mantém a humanidade presa a um caminho de crescimento intensivo conforme a lógica do ‘business-as-usual’ ou ligeiramente melhor, os riscos de cair em restrições ecológicas e de fornecimento vão piorar”. Nesse sentido, a UNEP pretende trabalhar em próximos relatórios os temas de eficiência de uso de recursos e alternativas viáveis. Desse relatório, fica evidente que esse é o melhor caminho, não a continuidade da ilimitada exploração de minérios.

(1)

<http://www.unep.org/resourcepanel/Publications/Decoupling/tabid/56048/Default.aspx>

- Mineração para REDD na Indonésia

Em 2009, a Rio Tinto, uma das maiores empresas mineradoras do mundo, explicou que esperava usar REDD, “como uma ferramenta econômica para compensar a pegada de carbono da Rio Tinto e para conservar a biodiversidade”. Isso, em poucas palavras, explica o interesse da indústria mineradora nos mecanismos REDD. As empresas esperam continuar com a mineração, enquanto investem, comparativamente, pequenas quantidades de dinheiro em créditos REDD para “compensar” a destruição.

Um olhar sobre o envolvimento da indústria mineradora com REDD na Indonésia ilustra como a indústria espera que REDD permita que seus negócios continuem na mesma.

Por exemplo, a Parceria Kalimantan Clima e Floresta é um projeto do tipo REDD que está sendo desenvolvido na ilha de Bornéu parte da Indonésia. A BHP Billiton, um dos maiores produtores e comercializadores do mundo de carbono termal para exportação, foi um dos membros fundadores do KCFP, junto com os governos da Indonésia e Austrália. O projeto urgiu por uma séria crítica dos povos indígenas que habitam a área. No dia 8 de junho de 2011, um grupo de lideranças indígenas publicou uma declaração em que explica que o projeto não respeita seus direitos e exige que o projeto seja detido.

Enquanto a BHP Billiton está investindo em REDD, continua com seus negócios de 335.000 hectares de concessão de extração de carvão em Maruwai, Kalimantan Central. A empresa também planeja estender suas operações de extração de minério de ferro até a bagatela de A\$48 bilhões. Evidentemente, irá necessitar uma atroz quantidade de créditos de carbono baratos para compensar toda essa poluição.

A Shell Canada Energy e a Gazprom Marketing and Trading ajudaram a financiar estudos relacionados com o projeto de conservação Rimba Raya em Kalimantan Central. O projeto visa preservar 91.215 hectares de floresta, dos quais 47.006 estavam ameaçados de conversão em plantações de dendezeiro. O projeto espera evitar mais de 96 milhões de toneladas de emissões equivalentes de dióxido de carbono. O Documento de Desenho do Projeto agradece a Shell Canada Energy por “seu generoso apoio e incansável trabalho em desenvolver a metodologia para as turfeiras” Mesmo assim, é claro que a Shell e a Gazprom não estão apenas interessadas em financiar estudos REDD. Ambas empresas estão de olho nos créditos REDD para compensar suas atividades poluidoras, tais como a extração de areias betuminosas da Shell no Canadá e as destrutivas operações de petróleo e gás frente à costa da ilha Sakhalin no oeste da Rússia.

As empresas mineradoras não estão interessadas apenas nos créditos REDD. No mínimo, uma empresa espera que seu envolvimento com REDD incremente suas chances de ter outros projetos de mineração aprovados. Em maio de 2011, uma mineradora canadense chamada East Asia Minerals Corporation, assinou um

Memorando de Entendimento para comprar 50% da Carbon Conservation, uma empresa estabelecida para tirar proveito do comércio de créditos REDD. A East Asia Minerals explicou que o acordo ajudará a desenvolver uma marca "verde" para uma de suas minas na ilha indonésia de Sumatra e "poderá facilitar um processo mais tranquilo para a aprovação das licenças de mineração, e apoio para permisos de mineração. A empresa tem várias propostas de projetos de mineração em áreas densamente florestadas, inclusive dentro do Parque Nacional Ulu Masen, onde um projeto de Conservação de Carbono deveria estar protegendo.

No dia 19 de maio de 2011, o presidente indonésio, Susilo Bambang Yudhoyono, assinou uma moratória de dois anos sobre novas concessões florestais nas florestas primárias e turfeiras. Tal moratória profundamente viciada faz parte de um acordo REDD de 1 bilhão de dólares financiado pela Noruega. Na véspera, o presidente Yudhoyono assinou uma regulação ainda mais favorável para a indústria, permitindo a mineração subterrânea de áreas florestais protegidas. "Ambas regulações permitem que o comércio seja uma prática comum," como Avi Mahaningtyas, da ONG indonésia Partnerships for Governance Reform afirmou à AlertNet.

O governo norueguês é um defensor entusiasta de REDD, e ofereceu US\$ 1 bilhão à Indonésia, US\$ 1 bilhão ao Brasil e US\$250 à Guiana. Mas a Noruega não apenas investe em projetos que supostamente (pelo menos na teoria) visam à proteção das florestas. Como a pesquisa da Environmental Investigation Agency mostra, O Fundo Global de Aposentadoria do Governo da Noruega (o maior fundo soberano de inversão) também investe em empresa dendeicultoras que está se esforçando em transformar florestas em monoculturas. A Noruega também tem mais de US\$ 10 milhões em ações na Gunns Ltd., uma empresa responsável para desflorestar vastas áreas de florestas primárias na Tasmânia.

A Noruega também investe em empresas de gás e petróleo e em mineradoras. Ao tempo que a Noruega se desfez de suas ações na Rio Tinto em 2008 e de Freeport McMoRan em 2006 (por causa do envolvimento das empresas na notória mina Grasberg em Papua), a Noruega ainda tem cerca de US\$ 580 milhões investidos na BHP Billiton, US\$ 1,1 bilhões na Gazprom OAO e US\$3,89 bilhões na Shell, por exemplo. Enquanto isso, no início deste ano, a empresa petroleira estatal, Statoil, expandiu suas operações na Indonésia.

O governo norueguês está fazendo o mesmo que a indústria da mineração. É o velho truque de magia para distrair o público. A distração é REDD, e o truque é continuar a extração e a queima de combustíveis fósseis.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

- Colômbia: rebelião contra a mineração de ouro

O ouro está em alta por décimo ano consecutivo. Ultimamente, investidores, agentes e bancos centrais têm visado a ele como refúgio seguro diante da situação

instável da economia global. Isso acarreta graves consequências já que a extração de ouro é uma das práticas mineiras mais destrutivas e poluidoras.

O olhar das mineradoras recai na América Latina, e na Colômbia se acendeu uma autêntica febre do ouro. Por outro lado, a resistência popular em defesa da vida, a água, o meio ambiente e a cultura vem se intensificando dia após dia.

O presidente colombiano Juan Manuel Santos insiste na importância de consolidar a mineração a céu aberto e em grande escala para o desenvolvimento do país. A exploração dos recursos naturais não renováveis constitui uma das chamadas “locomotoras da economia”. De fato, o Ministério das Minas colombiano considera que a mineração é praticável em todo o país, e já outorgou concessões de 43 mil quilômetros quadrados em 10.000 títulos mineiros, sendo que 4000 deles já estão em exploração.

Mas o Código Mineiro em vigor, modificado em 2009, não é justamente respeitoso nem do que é territorial (os projetos mineiros podem ser declarados de utilidade pública, e, por exemplo, um prefeito não pode opor-se à exploração mineira), nem do que é étnico (há sete resguardos indígenas titulados em sua totalidade à mineração), nem do que é ambiental (Colômbia é o país mais poluído com mercúrio do mundo). Conforme a Associação Colombiana de Mineiros- ASOMINEROS, em 2008 a produção de ouro foi de 34.300 quilos.

Mineração de ouro nos Andes

A AngloGold Ashanti (AGA) é a maior mineradora da Colômbia. A exploração de ouro da jazida La Colosa, em Cajamarca, departamento de Tolima, centro-oeste do país, representa uma ameaça para um dos complexos hidrológicos mais importantes do país, que fornece água a mais de 4 milhões de pessoas. O projeto está localizado nos últimos fragmentos de páramo e floresta alto- andinos, reguladores das águas do município Coello, que poderiam vir a ser contaminadas com cianeto.

O território afetado, de grande biodiversidade ambiental, é considerado a despensa agrícola da Colômbia, que agora está em perigo por causa da mineração. A escassez hidrológica já minguou a produção de arroz. A integridade e fertilidade dos solos serão afetadas no curto prazo.

A AGA violou a legislação colombiana (lei 2 de 1959) ao realizar prospecção mineira em área de reserva de florestas sem licença. De acordo com o denunciado pelos afetados, obteve informações sobre as potenciais reservas de ouro na região de forma fraudulenta.

Infelizmente, o jeito de agir da AGA já causou uma profunda polarização dentro da própria comunidade e institucionalidade da bacia, e entre as comunidades da bacia alta e as comunidades usuárias da parte baixa da bacia. O conflito social decorrente desta polarização tem levado a uma clara marginação e apontamento contra organizações e pessoas que pretendem mostrar os impactos negativos da exploração mineira em grande escala nesta parte dos Andes.

O abuso do poder econômico da AGA manifesta-se em múltiplos âmbitos da vida departamental. O que a AGA denomina “pré- investimento” nada mais é que o exercício da coação pela via do poder econômico. Não pode se entender de outra forma a alta taxa de contratação de pessoal (com salários superiores à média regional) sem ter começado ações de exploração. Os apoios econômicos e técnicos a organizações sociais, o dinheiro para a melhora da infraestrutura dos distritos rurais (veredas) que poderiam se vincular à exploração, em juntas de ação comunal, na mesma prefeitura de Cajamarca, no hospital de Cajamarca, bem como a vinculação comercial com o time do Tolima, as propostas de apoio à Universidade do Tolima, a aquisição de terrenos por valores superiores às avaliações históricas, e agora as propostas de financiar entidades ambientais como o Fundo para a Ação Ambiental são algumas das múltiplas iniciativas.

O poder econômico desproporcionado permitiu que a AGA comprasse terrenos estratégicos, em particular, pelo potencial hídrico que representam. Da mesma maneira formalizou o pedido de títulos mineiros na região e em boa parte do país. Eles agem sabendo com antecedência que os camponeses locais não têm a mesma capacidade para solicitar concessões de água.

Mas a intervenção da AGA nada tem a ver com o desenvolvimento, nem com a geração de emprego, nem com o apoio à educação, ao esporte, ao gerenciamento da prefeitura local, à melhora das estradas, à ativação de cooperativas de transporte.

Os movimentos sociais da região querem gerar mecanismos sociais para que a exploração de ouro nunca seja levada a efeito nesta região do país, e muito menos em grande escala. Denunciam que "esta questão pode abrir as portas para a modificação de todo o patrimônio ambiental do país e a sociedade não irá participar disso."

Febre do ouro na Floresta Tropical do Pacífico

Outro projeto mineiro de ouro tem lugar no coração da floresta do litoral pacífico da Colômbia no Departamento do Cauca, Buenaventura, região do Chocó biogeográfico coberta de florestas tropicais e atravessada por caudalosos rios como o Dagua, fonte de vida em que desembocam outros muitos rios, como o San Cipriano, que dá nome a uma reserva de floresta tropical.

Zaragoza é um assentamento de comunidades negras. A atividade mineira outorga benefícios paupérrimos em troca de uma grande deterioração do ecossistema e transforma o rio em uma corrente de resíduos químicos.

Com a descoberta da jazida, desde o começo de 2009 chegam empresários de numerosos lugares, como Medellín, Cali e Bogotá, para extrair indiscriminadamente o ouro. A população passou de umas 100 famílias a mais de 10.000 caça-fortunas.

Atualmente, a exploração aurífera espalha-se do quilômetro 23 ao 38 da via Buenaventura- Cali afetando várias vilas que funcionam como "cidades sem lei". "Esta mineração estende-se como um câncer a outros rios do Pacífico", denunciam os moradores da cidade de Buenaventura.

A deterioração ambiental é mais do que evidente. As fotografias aéreas da região mostram um panorama totalmente devastado. As más condições e a ilegalidade das explorações criam risco de avalanches, desmoronamentos e acidentes, além do perigo das crescentes do rio. A presença de mais de 250 máquinas retro-escavadeiras danificou a flora e a fauna bem como as lavouras de subsistência ou “pancoger”.

O consumo doméstico das águas tornou-se impossível. Há surtos de malária e dengue. As alterações que o rio sofreu não permitem distinguir o leito natural e suas margens estão repletas do plástico e papelão que constituem as precárias lojas e restaurantes, mercearias e bares. Recentemente, um estudo científico cujos resultados foram publicados pela imprensa local em novembro de 2010, comprovava que os níveis de mercúrio na foz do rio Dagua no oceano Pacífico triplicaram o máximo recomendado. Além disso, foram destruídos locais de lazer da população. Para a comunidade local só resta o cascalho e a miséria, a destruição de suas lavouras e moradias e o rio altamente contaminado.

A tradição local e o usufruto do território também foram afetados. A violência e o conflito armado na região agravaram-se, gerando deslocamentos forçados e desestabilizando a vida comunitária. O controle da área e da atividade mineira por paramilitares é evidente. As famílias não podem movimentar-se livremente pelo território. As ações dos Conselhos Comunitários estão obstaculizadas. Houve violações de direitos humanos com mais de 100 mortes e homicídios. Uma mulher da comunidade que reclamou ao motorista de uma retro-escavadeira que colocava em perigo sua casa foi assassinada pelas costas na frente de todos.

Diversas organizações étnico- territoriais do município de Buenaventura lançaram no mês de abril a Declaração Buenaventura (<http://www.pacificocolombia.org/novedades/declaracion-de-buenaventura-colombia/18>), um apelo à unidade das organizações afrodescendentes e indígenas, à defesa do entorno como contribuição à defesa do planeta, e à declaração de emergência social para o Pacífico.

O povo de Marmato condenado a morte pelo ouro

O povo de Marmato está literalmente sentenciado a desaparecer. Esses são os planos da empresa canadense MEDORO, que visa explorar a céu aberto uma mina de ouro. A empresa não apresentou o projeto claramente à comunidade, e existe grande incerteza. O que está claro é que o ouro esgotaria depois de vinte a trinta e cinco anos.

Localizado no departamento de Caldas e encravado na cordilheira ocidental, Marmato é um dos municípios com os índices de pobreza mais altos da Colômbia. Os moradores do lugar sentem-se saqueados e denunciam reiteradamente junto a instituições e opinião pública que o governo colombiano avaliza e apóia ativamente este projeto de exploração em grande escala. Conforme a legislação colombiana em vigor, na área é possível praticar a mineração em pequena e média escala, como vem acontecendo, mas não em grande escala. Do mesmo jeito, a MEDORO pretende transformar 143 concessões na área em uma única exploração que constituiria uma mina a céu aberto. As atividades de prospecção se estenderiam

por dois ou três anos. Diferentes fontes fazem referência a 200 mil perfurações.

Por sua vez, o governo de Caldas alertou sobre os possíveis desmoronamentos da montanha, convidando os moradores de Marmato a desocupar o povoado. Yamil Amar, presidente da Junta Cívica Pró- defesa de Marmato, explica que “com o intuito de tirar a comunidade inventaram a estória de todos nós estamos em risco, e não é bem assim”. O segredo a gritos é que a exploração a céu aberto os obrigaria a deslocar-se ao distrito El Llano, local para onde foram muitos daqueles que acreditaram no risco de desmoronamento.

Todos duvidam que a mineração em pequena escala da que vivem muitas famílias do local sobreviva à exploração a céu aberto. Inclusive os “guacheros”, nome com o que são conhecidos os mineiros ilegais que operam na busca de ouro na montanha, estão preocupados porque sabem que não têm prioridade para os empregos que a MEDORO promete. E as inquietudes continuam junto com a incerteza. Os guacheros começaram suas atividades quando a empresa antes presente em Marmato, a Goldfields, foi à falência no final de 2008 e ficaram sem emprego.

Por sua vez, a comunidade de Marmato e os índios de Caldas, que se opõem à destruição do povo, argumentam que “nosso povo não são só as minas nem seus habitantes aqueles possuidores de minas e outras fontes de trabalho [sic]. O povo de Marmato somos as pessoas que moramos nele e sentimos por ele um afeto que não podemos medir em dinheiro: A paisagem que observamos, as ruas empedradas que transitamos, a singular arquitetura que caracteriza nosso povo, os vizinhos com os quais construímos solidariedade, as histórias que nossos velhos contam aos jovens sobre um passado antigo de histórias cruzadas de índios, afrodescendentes e brancos, os mineiros e “barequeiros” (garimpeiros) que desde sempre sabemos extrair o ouro da montanha, os arrieiros que fazem possível o transporte de materiais por nossos escarpados caminhos, os camponeses e índios que desde nossos distritos nos abastecem com seus produtos agrícolas”.

Apesar de grandes dificuldades, desde fevereiro de 2010 foi consolidada a Rede Colombiana Frente à Grande Mineração Transnacional, reunindo a mais de 50 organizações sociais e ambientais colombianas que se opõem à mineração no país e divulgam todos os conflitos mineiros na Colômbia. A resistência já conta com algumas atividades bem-sucedidas, como o triunfo da mobilização contra o projeto mineiro no páramo Santurbán, departamento de Santander, da multinacional canadense Greystar, que tomou a decisão de renunciar ao pedido de licença ambiental.

A essa luta, acompanhada com a força dos argumentos, e travada nas ruas de Santander, uniram-se milhares de colombianos que transformaram Santurbán em um caso emblemático de resistência à grande mineração transnacional.

Extraído e adaptado do relatório “El oro de Colombia: rebelión social contra explotaciones mineras sin control”, junho de 2011, de Guadalupe Rodríguez, Salva la Selva, correio eletrônico: guadalupe@regenwald.org, com base em informações difundidas através de RECLAME e em pesquisas de Salva la Selva. O relatório, enviado pela autora, pode ser lido na íntegra em

[http://wrm.org.uy/deforestacion/mineria/El oro de Colombia.pdf](http://wrm.org.uy/deforestacion/mineria/El_oro_de_Colombia.pdf) ; e o artigo “Triunfo la movilización contra el proyecto minero en Santurbán”, Rede Colombiana Frente à Grande Mineração Transnacional, <http://reclamecolombia.org/index.php/noticias/17-santander/202-triunfo-la-movilizacion-contr-el-proyecto-minero-en-santurban>

[início](#)

- Filipinas: Tentativa de minar a resistência local à mineração

A província de Palawan abriga a floresta mais bem conservada e mais diversa ecologicamente nas Filipinas que está habitada por comunidades indígenas vulneráveis que vivem em isolamento parcial.

Mas a região vem sendo ameaçada por mineradoras como a MacroAsia, a Ipilan Nickel Mining Corporatio e a LEBACH que entraram em áreas protegidas e terras indígenas para fazer testes de poços e fazer profundas perfurações à procura de níquel. Também a corporação Rio Tuba Nickel Mining (RTNMC) construiu estradas menoscabando a integridade de um dos maiores hotspots de biodiversidade no sul de Palawan, enquanto a Citinickel, a Berong Nickel e outras empresas mineradoras em parceria com o grupo canadense MBMI também colocaram em risco a floresta de Palawan (vide Boletim Nº165 do WRM)

As comunidades de Palawan vêm lutando contra as mineradoras. Há mais de um ano a rede ALDAW (Ancestral Land/Domain Watch) encaminhou uma petição intitulada Deter a Mineração na Floresta de Palawan (Filipinas) ao presidente da República das Filipinas (<http://www.petitiononline.com/PA2010/petition.html>) com especial preocupação pelos povos indígenas (e também apelando para que fosse detido o desenvolvimento de dendezeiro em Palawan). Recentemente, o movimento Save Palawan lançou a petição Não à Mineração em Palawan (<http://no2mininginpalawan.com/>) à procura de 10 milhões de assinaturas para deter a mineração em Palawan.

Uma ação recente da MacroAsia Corporation mostra como as gigantes mineradoras tentam manipular a oposição. Eles têm poder e dinheiro e usam estas armas para aplicar o ditado “divide e reinarás” minando a resistência local à extração de minerais.

A rede ALDAW de Povos Indígenas denunciou que 30 líderes tribais “falsos”, chamados caciques tribais foram pagos pela companhia MacroAsia Mining Corporation (MAC) em conjunto com a Comissão Nacional sobre Povos Indígenas (NCIP) a fim de mostrar apoio à MAC, apesar da opinião contrária da maior parte dos Povos Indígenas de Palawan.

A ALDAW denuncia que ao criar “lideranças tribais ‘ad-hoc’, a NCIP e a MacroÁsia demonstram claramente não ter nenhuma consideração com os processos locais de toma de decisões que são tradicionalmente promovidos pelos anciãos e pelos chamados ‘panglima’ (lideranças tradicionais).

A ALDAW informou que os autênticos representantes das comunidades indígenas Palawan (panglima) viajarão a Manila para levar suas vozes e queixas para atrair a

atenção da NCIP e, assim, para contrabalançar os testemunhos 'montados' dos 'falsos' líderes tribais. Eles pretendem que a NCIP deixe de emitir licenças às empresas mineradoras que invadem suas terras ancestrais na província.

Artigo baseado em informações providenciadas pela ALDAW e seu comunicado de imprensa "Indigenous Palawan Leaders Soon To Confront The National Commission On Indigenous Peoples (Ncip) In Manila", e-mail aldaw.indigenousnetwork@gmail.com

[início](#)

- Mineração na África

Os recursos naturais e ambientais da África que incluem terras, minérios, gás, petróleo, madeira, águas territoriais, entre outros, têm sido o alvo da persistente luta pelo continente. Os recursos naturais costumam ser o foco da briga por África.

Por trás das intervenções políticas e militares por parte de coalizões de poderes ocidentais com ou sem o patrocínio das Nações Unidas em países como Somália, Sudão, a República Democrática do Congo, Comores, Chad, Uganda, Zimbawe, a República Centro- Africana, Libéria e ultimamente Líbia e Costa de Marfim está a questão do acesso e da redistribuição dos recursos da África.

Bajo los focos de las fuerzas militares internacionales a República Democrática do Congo assinou e carimbou alguns dos piores contratos de mineração com corporações transnacionais formadas por um grupo de países ocidentais à procura de manter a paz nesse país. Esses contratos fizeram com que a atenção das mineradoras transnacionais pelos recursos minerais da RDC aumentasse.

O aumento do investimento estrangeiro direto e, por extensão, o aumento da acumulação capitalista pressupõe a subordinação de setores produtivos locais incluindo o deslocamento de comunidades de suas terras. O processo de acumulação restringe o valor de todos os outros setores da economia e do aparelho estatal. Também implica a diminuição das possibilidades de o estado africano intervir quando e onde mais importa.

O setor extrativo da África, em especial as jazidas e o petróleo, tem sido principal dos fluxos do FDI (Investimento Estrangeiro Direto) para a África e é uma das áreas em que o deslocamento de comunidades inteiras e a desapropriação para milhões de moradores rurais do acesso a terra através do processo de acumulação capitalista que se revela claramente. A desorganização de suas relações sociais e econômicas permanece como uma característica permanente das comunidades de áreas de extração de petróleo e minerais na África.

A extração de recursos envolve várias etapas que incluem prospecção, preparação do local e desenvolvimento, produção, processamento bem como desativação. Cada etapa exige vastas extensões de terra para facilitar a extração e o refinamento desses recursos.

Entre 1990 e 1998, uma única mina a céu aberto em Tarkwa, Gana Ocidental deslocou um total de 14 comunidades com uma população de mais de 30.000 pessoas. Esse deslocamento implicou a perda líquida de 7000 empregos na área uma vez que as pessoas perderam o acesso às terras e também não podiam ser empregadas pelas mineradoras devido a não serem aptas para o trabalho. O projeto mineiro Newmont Ahafo no noroeste de Gana deslocou mais de 355 famílias na área de Kenyasi.

Outro projeto da Newmont no leste de Gana deve deslocar um povoado inteiro com uma população de 300 homens e mulheres. Além disso, a implementação do projeto implicaria a destruição de 1465 hectares de terra e a perda de 3057 terras agrícolas que pertencem a 1208 pessoas.

Por outro lado, o projeto irá destruir 74 hectares (13%) da Reserva florestal Ajenua Bepo, um dos últimos vestígios de reservas florestas de Gana. Ao longo da costa ocidental de Gana mais de 72 povoados estão reclamando pelo acesso a áreas pesqueiras devido à intensidade da exploração e produção submarina de petróleo.

Os diferentes tipos de capital concorrendo por terras na África, isto é, terra para a produção local versus terra para a produção de alimentos e exportação a mercados estrangeiros; terra para plantações para biocombustíveis; e terra como título de garantia para a atividade financeira no mercado que inclui a comercialização e a especulação afasta os agricultores da produção local, e mina o potencial crescimento e desenvolvimento da agricultura local, o sustento e o sentido da propriedade comunal.

Na África, em especial na África subsaariana, a maior parte das pessoas ainda vive em áreas rurais, onde cultivam lavouras e criam animais ou obtêm outros sustentos da terra e de atividades relacionadas com ela. A terra é assim um recurso natural e ambiental para eles vital e indispensável. Além de ser um fator de produção, provisão de valores, local para abrigo e lazer, e eliminação de resíduos para animais e seres humanos, a terra é também um objeto que define uma constelação de relações sociais e políticas nas comunidades rurais.

As comunidades rurais na África já estão marginalizadas em termos de acesso a empregos formais, educação, saúde, água potável durante o ano todo, e a outras infraestruturas econômicas. A base das lutas populares nas comunidades afetadas pela mineração e a extração de petróleo no continente tem sido pela compensação da injustiça de ser privados de suas terras, a destruição de seus meios de vida, a parte desproporcionada de benefícios que as mineradoras acumulam, e a falta geral do impacto do desenvolvimento.

Evidentemente, este é o marco liberalizado que tem sido a referência de acordos que a transferência maciça de terras e a expropriação geral dos recursos naturais da África. Na mesma medida mas de forma oposta, a nova fase, ainda incoerente e sem planejamento, de toma de terras pode tornar-se um argumento convincente para políticas e alternativas de desenvolvimento.

- Índia: salvando Niyamgiri da mineração

Em um estado como Orissa, no que os Dalit e os grupos tribais abrangem quase 40% da população total, o assunto do ‘acesso’ à terra e aos recursos (florestas, água, etc.) tem sido central para todos os conflitos. Para as comunidades tradicionais, o ‘acesso’ está vinculado diretamente aos paradigmas de civilização e ethos cultural, que decidem sua ‘economia’ e não o contrário, que pode ser verdadeiro para civilizações modernas e tecnocêntricas. Portanto, nas áreas tradicionais, a negação do ‘acesso’ aos recursos tem um impacto direto na ‘segurança alimentar’. Os principais discursos da história têm, no entanto, tentado localizar a crise –a visivelmente sempre crescente marginação de adivasis e Dalits– na ‘ausência de intervenções do estado’. Mas, cavando nos pontos da história social até raízes mais profundas da crise: a negação do acesso e da propriedade através de vários processos sociais e políticos nos passados dois séculos, que se intensificaram mais depois da vigência do Estado-providência.

A luta que tem estado acontecendo nas montanhas de Niyamgiri somente tem sido bem conhecida agora. ‘A felicidade que traz a mineração...’ é o texto dos cartazes da Vedanta, que obstruem a paisagem urbana em Orissa! Há apenas dez anos, a área inteira de Lanjigarh nas colinas de Niyamgiri, que abrangem somente uns 25 povoados habitados pela tribo Kutia Kandh e Dalits, era uma paisagem serena dominada por florestas de sal, cruzadas pelo Rio Vamsadhara, que surgia do Niyamgiri. Hoje, a refinaria de alumina da Vedanta tem transformado seu hábitat prístino em um monturo industrial. Quase 15.000 pessoas que dependem da floresta têm virado refugiadas em sua própria terra. Grandes áreas de floresta têm desaparecido para deixar o caminho livre para a fábrica, piscinas de cinza, piscinas de lama vermelha, caminhos cheios com centenas de caminhões, enquanto que os habitantes nativos da floresta são deixados perambulando para procurar alguma opção de sobrevivência em outros lugares.

Arjun Chandi do povoado de Kadamguda, perto da refinaria, coloca a situação em perspectiva, ‘Como é possível chamar isso de desenvolvimento? Alguém vem aqui, destrói suas florestas e terras, dizima suas fontes econômicas, deixa você na rua e obtém muito dinheiro. Onde está o desenvolvimento? Se vocês quiserem desenvolvimento para nós, devolvam-nos nossas florestas e terras, e depois falem de desenvolvimento.’

No entanto, depois de testemunhar de perto a devastação nas colinas, os Dongria Kandhs que habitaram as montanhas de Niyamgiri durante séculos, têm apresentado forte resistência contra a mineração de bauxita proposta para Niyamgiri, deferindo com sucesso a ‘felicidade que traz a mineração’ da Vedanta. A concessão de mineração agora permanece cancelada por ordens governamentais. A luta dos Dongrias foi apoiada e fortalecida por muitos grupos de direitos civis e direitos à

terra. Depois de vencer com sucesso a ‘felicidade que traz a mineração’ da Vedanta, agora têm intensificado a luta para fazer com que a refinaria feche, já que vêm ‘enormes perigos’ para sua cultura e meios de vida, por causa de sua simples presença na área. Mas, o estado não tem deixado de reprimir os adivasis lá; inclusive depois do abatimento do projeto de mineração, as forças da polícia e paramilitares têm atacado os povoados Dongria muitas vezes e têm torturado os adivasis. O estado está tentando até declarar os Niyamgiri como ‘infestados pelos maoístas’, em tentativas para assumir o controle completo da região. Os povoadores locais dizem que o estado está fazendo isso, somente para abrir caminhos para que a Vedanta comece a mineração lá no futuro.

O sucesso –parcial, no entanto, até agora- do movimento anti-mineração Niyamgiri tem adquirido fortaleza da história dos movimentos de direitos à terra ao redor das colinas durante as décadas passadas: o CPI (ML)-Liberation que organizou os adivasis e Dalits sem terra na década de 90 para promover uma reclamação sobre centenas de acres de terra em e ao redor das áreas de Muniguda e Bissamkatak e o Lok Sangram Manch que até agora tem reavido centenas de acres de terra usurpados por terratenentes e distribuídas entre os adivasis e Dalits nativos.

É essa fortaleza coletiva que depois se canalizou na luta contra a Vedanta e o governo do estado, para salvar Niyamgiri da mineração.

Extraído e adaptado de “Expropriation of land and cultures: the Odisha story and beyond”, por Subrat Kumar Sahu, e-mail: subrat69@gmail.com e Mamata Dash, e-mail: mamata68@gmail.com, Social Change, SAGE Publications, enviado pelos autores.

[início](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- Para definir a floresta por seu verdadeiro significado

Recebemos numerosas traduções da animação que ilustra graficamente como é errado o enfoque da definição de florestas da FAO. A animação está disponível, até agora, em [inglês](#), [espanhol](#), [português](#), [maya tsotsil](#), [maya tseltal](#), [maya popti](#), [catalão](#), [italiano](#), [aymara](#) e [finlandês](#). Convidamos a que vocês a divulguem, descarreguem, postem em blogs, sites, compartilhem nas redes sociais, e também a que continuem enviando traduções de seu texto, que está em http://www.wrm.org.uy/bosques/en_todos_los_idiomas.html

Quanto à [carta aberta à FAO](#) (disponível também em [inglês](#), [português](#) e [francês](#)) lançada no contexto de nossa campanha, recebemos centenas de assinaturas de cientistas e profissionais de diferentes áreas que abordam o estudo da natureza. Pedimos-lhes que continuem colaborando com sua circulação.

Lembramos o convite a nos enviar **testemunhos em áudio ou vídeo** sobre o significado da floresta. O objetivo é reunir testemunhos vivenciais, de pessoas que de uma ou outra forma têm um relacionamento cotidiano com a floresta (ou a selva

ou o monte) para tentar construir com esses testemunhos uma ferramenta audiovisual que, a modo de mosaico, dê conta da riqueza e diversidade de vínculos com as florestas que as pessoas estabelecem no mundo inteiro. Pedimos que saiam com suas câmeras de filmagem, suas câmeras fotográficas, um gravador de som ou a tecnologia de que possam dispor e registrem a resposta a duas perguntas: o que é a floresta para você? e como seria sua vida sem a floresta? Para enviar os materiais podem entrar em contato conosco através deste correio eletrônico: forest@wrm.org.uy. Por esse meio também poderemos ajudá-los a resolver detalhes técnicos.

Vamos dar voz à floresta!

[início](#)

COMÉRCIO DE CARBONO

- FSC perde cada vez mais credibilidade

O Conselho de Manejo Florestal (FSC) foi formado em 1993 para certificar o manejo de florestas nativas de forma 'socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente adequada'. Em 1996, o FSC aprovou a possibilidade de certificação de plantações de monoculturas de árvores, decisão que tem sido alvo de inúmeras críticas na medida em que milhões de hectares de monoculturas de árvores estavam conseguindo obter o selo FSC (*vê o editorial do boletim 163 do WRM*). Mais tarde, o FSC resolveu também se associar ao 'mercado de carbono', certificando áreas de florestas e/ou plantações onde são comercializados os chamados créditos de carbono, calculados a partir de uma suposta quantidade dessa substância armazenada nas árvores. Com isso, o FSC acabou se associando a uma falsa solução para resolver o problema das mudanças climáticas, garantindo a atuação e lucros de grandes empresas poluidoras. (*veja boletim 163 – O caso da Plantar: o FSC a serviço da venda de créditos de carbono*).

FERN é uma Ong que monitora o envolvimento da União Europeia no tema de florestas, coordena atividades de Ongs europeias nessa área e defende os direitos dos povos da floresta. Ela comunicou em nota pública no dia 2 de junho de 2011 que decidiu deixar de integrar o FSC.

Em 2009, o Ong FERN divulgou uma nota em que afirmava que "O FSC tem certificado cada vez mais plantações de monoculturas de árvores em larga escala e operações florestais que não estão de acordo com seus próprios princípios e critérios". Na nota, FERN anunciou que em algumas circunstâncias sairia do FSC, principalmente se a prática de certificar plantações de monoculturas em larga escala e rápido crescimento não fosse revertida, e se o FSC se envolvesse ativamente na "(...) certificação de carbono florestal (...)".

Em junho deste ano, a constatação de FERN de que o FSC "está se alinhando com padrões de compensação de carbono e emitindo certificações simultaneamente ou junto a certificados de compensação de carbono", foi motivo suficiente para que a Ong não quisesse mais associar seu nome ao FSC, buscando preservar sua

própria credibilidade.

Quem está deixando de ter credibilidade é o FSC, que perdeu mais um membro importante entre as organizações ambientalistas filiadas. Reproduzimos aqui o que escrevemos no editorial do nosso boletim em fevereiro deste ano: *“É necessário avaliar criticamente o que a certificação de fato trouxe ao longo dos anos: um enfraquecimento das lutas das comunidades locais por seus direitos e recursos naturais e o fortalecimento de empresas que estimulam exatamente o consumo excessivo com vistas ao lucro. É necessário percorrer outros caminhos que não seja o da certificação.”*

[início](#)

- Cúpula do clima da ONU: mais comércio de carbono, nada de reduzir as emissões

Os negociadores do clima da ONU concluíram seu segundo encontro de 2011 em Bonn no mês de junho sem abordar a questão chave de reduzir a poluição do clima e sem discutir como as emissões de gases, que são a causa principal da mudança climática, serão reduzidas, quem fará isso ou quem pagará por isso. Os grupos de justiça climática expressaram sua crescente preocupação por não ter conseguido que os países ricos e industrializados decidissem ações reais para enfrentar a mudança climática como:

- Suas atuais promessas de redução a apenas 3 gigatoneladas perigosamente baixo, bem longe de um nível de redução que mantenha o aumento da temperatura abaixo de 2 graus Celsius (o nível máximo calculado pelo UNEP para evitar a catástrofe climática mundial e considerado perigosamente alto por alguns grupos preocupados). Suas promessas providenciam não responsabilidade para países de todo o mundo y arriscam 5 graus de aquecimento o que significará dizimação de vidas como bem sabemos. Os países ricos poderiam até aumentar suas emissões em 2020.
- Eles estão tentando evitar o já enfraquecido acordo internacional que faz vigorar o corte das emissões (o Protocolo de Kioto). O Canadá anunciou sua intenção de unir-se à Rússia e o Japão descumprindo assim sua obrigação legal de um segundo período de compromisso. Esses países estão se unindo aos EUA nas propostas de corte de emissões são mais promessas que objetivos.
- As propostas de falsas soluções como os mercados de carbono avançaram, visto que Estados Unidos rejeitou discutir fontes de financiamento para compromissos de longo prazo. Papua Nova Guiné propôs considerar novos mercados potenciais chamados “Carbono Azul”. Isso supõe incluir manguezais mas também, potencialmente, o próprio oceano nos chamados créditos de carbono. O foco na expansão dos mecanismos do mercado a novos setores é um perigoso afastamento do foco real das negociações climáticas: a redução das emissões.

A verdadeira resposta é um corte profundo das emissões agora mesmo, e não mais falsas soluções que geram lucros para alguns, mas nada fazem para enfrentar

a mudança climática.

Artigo com base em informações providenciadas por Asad Rehman, FOE UK,
membro da Climate Justice Now!, e-mail: asad.rehman@foe.co.uk

[início](#)
